

TERCEIRA CARTA PÚBLICA DA AUTODEMARCAÇÃO PATAXÓ DA ALDEIA KAÍ - TERRA INDÍGENA COMEXATIBÁ – EXTREMO SUL BAIANO

URGENTÍSSIMO! Ataque Armado Contra o Povo Pataxó na Autodemarcação da Aldeia Kaí/Imbassuaba da TI Comexatiba em 1º. de Outubro/2025

No dia 1º de outubro de 2025, por volta das 17h30, lideranças indígenas do povo Pataxó, que realizavam atividades de vigilância comunitária na área retomada da Aldeia Kaí, situada na Terra Indígena Comexatibá, em Cumuruxatiba (Prado Extremo Sul da Bahia), foram vítimas de um ataque armado premeditado.

O ataque foi promovido por um grupo de cerca de cinquenta indivíduos fortemente armados (integrando homens e mulheres) que cercaram a casa-sede da retomada (Fazenda Pero Vaz), e passaram a atirar com fuzis e armas de calibre 12. Numa distância aproximada de 10 metros, cinco tiros foram disparados contra Ricardo Oliveira, atingindo-lhe gravemente a clavícula, quebrando-lhe o braço. Outros disparos foram dirigidos contra Paulo Pataxó acertando-lhe a cabeça com um tiro de raspão. Inúmeros projéteis foram disparados perfurando as paredes da estrutura do alojamento onde outros Pataxó estavam abrigados. “Foi por milagre” que não houve vítimas fatais, se consideramos a proximidade e a agressividade com que foram disparados. Era mesmo para matar. Mesmo encapuzados, alguns dos agressores foram identificados por todos que indefesos estavam na linha de frente: o mesmo de sempre já citado como autor das outras violências já denunciadas, o senhor Mateus Bonfim, presidente da empresa Agronex, e Igor Guerra Ulhoa, suposto proprietário da área, apontados como chefes dos ataques. A ofensiva foi interrompida somente, após a chegada da Força de Segurança Nacional, sob o comando do coronel Givaldo Paixão.

Nesta operação, foram interceptados pelas forças de segurança que entraram em ação, um carro pequeno (não foram informadas a marca, cor, placa, proprietário, motorista, nem quem estava no seu interior) e, ironicamente, um “ônibus Escolar” com 40 passageiros armadas, inclusive, adolescentes que confessaram ter recebido do Sr Mateus Bonfim, presidente da AGRONEX, associado ao movimento “Invasão Zero”, valores entre 500 e 1000 reais (valor pago ao motorista) para atacar e ajudar a matar os Pataxó na autodemarcação, na Fazenda Pero Vaz.

Algumas perguntas que não podemos silenciar. A quem pertence o ônibus, qual é a empresa, a serviço de que prefeitura ou órgão de educação? Quem é o motorista? Quem são os passageiros arregimentados para praticarem este crime, de onde vieram, suas origens e domicílio? Quem são os adolescentes e quem são seus pais ou responsáveis, visto que se trata de menores? Qual é a origem do dinheiro que vem financiando o Sr Mateus Bonfim, conforme revelam as apurações, a sentir-se encorajado para, à revelia da Constituição Federal, da Lei e da sociedade, a praticar toda esta violência contra nosso povo, nossas lideranças e comunidade? A serviço do que e de quem, trabalha o Sr Mateus Bonfim, visto que nem é (supostamente) proprietário de nenhuma fazenda ou área dentro da TI Comexatiba ? A quem serve o Sr Igor Guerra e a empresa imobiliária que administra?

Este episódio gravíssimo não é um caso isolado e nem um acontecimento inesperado ou desavisado, ocorrendo há menos de dois meses da denúncia que fizemos. É portanto, o segundo ataque armado contra nós Pataxó no mesmo território, praticado pelos mesmos agressores, que denunciemos na segunda carta do dia 08 de agosto últimos

passado. São supostos fazendeiros, grileiros de nossas terras, articulados no movimento Invasão Zero, que reúne interesses agroimobiliários neste litoral conforme a matéria publicada no dia 30 de setembro pela Carta Capital sob o título “Disputa entre fazendeiros e indígenas no sul da Bahia une grilagem, especulação e veto à praia”. (<https://www.cartacapital.com.br/justica/disputa-entre-fazendeiros-e-indigenas-no-sul-da-bahia-une-grilagem-especulacao-e-veto-a-praia/>). São organizações que operam com métodos que nos leva a qualificá-los como parte de uma verdadeira Organizações Criminosas (ORCRIM).

Moradores da comunidade reiteram denúncias sobre a presença de policiais identificados durante o ataque entre os pistoleiros, os seguranças privados e milicianos muito conhecidos por suas presenças reiteradas nas ameaças e ataques. Que, agem de forma sistematicamente planejada para intimidar, ameaçar, espalhar o terror e expulsar famílias indígenas de áreas retomadas e do território num processo legítimo de autodemarcação da Aldeia Kaí. Para legitimar sua violência e seus alvos seletivos a décadas se utilizam de programas das rádios regionais que alimentam com entrevistas e matérias falsas. Atualmente, nos últimos cinco anos, também, por meio das redes sociais e demais mídias tecnológicas para difamar, desqualificar e caluniar nossas lideranças, ininterruptamente, as lideranças Ricardo Oliveira e Dario Ferreira, impunemente.

O modelo e os métodos utilizados são previsíveis, visto que se repetem. Antecedem aos ataques já praticados, não raro, o sobrevoo, às vezes, de avião de pequeno porte, helicóptero, drones, como aconteceu hoje, neste último ataque. É por onde nos localizam, monitoram, espionam, intimidam e tentam controlar nossas comunidades. Em diferentes momentos, o que se segue, são as saraivadas de bala, inúmeros disparos nas proximidades de nossas aldeias, comunidades e moradias – atacam mulheres, crianças e anciões, com sucessivos tiroteios. Passado o ataque, logo recorrem a setores do judiciário, reconhecidamente contrários aos direitos indígenas, quando não o fazem, ilegitimamente, contrariando a Constituição Federal de 1988. Mais grave ainda, com o apoio de agentes públicos vinculados às forças do Estado, da Polícia Militar e parcela da Segurança Pública da Bahia, acusadas de favorecer e proteger reiteradamente fazendeiros, empresários do ramo imobiliário com interesses sobrepostos aos territórios tradicionais indígenas.

A estrutura de violência relatada envolve empresários ligados aos grandes poderes econômicos nacionais e internacionais. Trata-se de um sistema organizado, financiado e respaldado por interesses do agronegócio, da especulação imobiliária, do turismo de luxo e da grilagem de terras públicas. A região de Cumuruxatiba tem sido alvo, nas últimas décadas, de processos sistemáticos de privatização forçada, loteamentos ilegais, ocupação de unidades de conservação e obstrução de acessos a praias, rios e estradas de uso comum. Com apoio e anuência da Prefeitura e legislativo municipal de Prado.

Frente a gravidade extrema desse contexto, a permanência da Força Nacional de Segurança Pública, se torna ainda mais importante. Tanto quanto, em complementariedade e auxílio, a atuação da Polícia Federal como órgão independente e responsável por investigações criminais de tal magnitude, especialmente diante de

indícios de envolvimento ou omissão de agentes públicos locais, regionais e do grande poder do capital. A omissão diante desta segunda empreitada dos ataques hoje, dia 1º de outubro é inaceitável e só fará escalar ainda mais a violência. Trata-se de tentativas de homicídio contra lideranças indígenas, perpetradas por grupos armados privados com práticas paramilitares, em um cenário de crescente convivência de redes locais de poder. Diante da gravidade dos fatos, a Autodemarcação da Aldeia Kaí vem a público exigir:

1. Abertura imediata de investigação criminal pela Polícia Federal, com responsabilização, criminalização e prisão dos autores, financiadores e agentes públicos envolvidos nos ataques impostos contra nossa comunidade.
2. A prisão imediata do Sr. Mateus Bonfim, para que possamos fazer cessar o reinado da impunidade, mãe de toda as violências que sofremos. Considerando a materialidade dos fatos apurados neste último ataque reiterado, praticado em menos de sessenta dias do primeiro ataque, pelo mesmo comando da citada organização criminosa em ação, bem como, a identificação da participação direta dos autores e seu financiador, citado pelos implicados junto à FSN, nesta segunda tentativa de homicídio de nossas lideranças e parentes da área em processo de autodemarcação, na Fazenda Pero Vaz
3. Continuidade da presença da Força Nacional, com reforço no efetivo e sob supervisão independente, garantindo a proteção das famílias indígenas em risco.
4. Responsabilização de agentes públicos da Polícia Militar da Bahia, empresários e que atuam em desacordo com a Constituição, favorecendo interesses privados em litígios fundiários.
5. Atuação imediata da FUNAI, do Ministério da Justiça, do Ministério dos Povos Indígenas foco na demarcação da Terra Indígena Comexatibá e na proteção das áreas retomadas da Aldeia Kaí.

As vidas indígenas importam. Os territórios indígenas são bens da União e estão protegidos pela Constituição Federal de 1988. A impunidade e a omissão do Estado brasileiro diante de mais este atentado representam graves violações de direitos humanos e descumprimento de tratados internacionais, como a Convenção nº 169 da OIT. A permanência dos pistoleiros na região — especialmente alojados nos arredores da Fazenda Calambrião, sob proteção do suposto proprietário — constitui ameaça direta à integridade física e coletiva das lideranças, mulheres, jovens e anciões do povo Pataxó.

A história exigirá responsabilidades. A sociedade brasileira e a comunidade internacional precisam estar vigilantes. O que se passa em Comexatiba é um retrato do avanço da violência sobre os povos originários no Brasil. É preciso agir. Agora. Antes que mais vidas sejam perdidas.

Aldeia Kaí, Terra Indígena Comexatibá, 1º de outubro de 2025.